

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE
DOIS MIL E SETE**

-----Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – *Exposição do Sr. Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de Taxas pela emissão de Certificado de Registo de Cidadãos da União Europeia;* -----

-----**TRÊS** – *Pedido de Aprovação do Regulamento da Revidouro 2007;* -----

-----**QUATRO** – *Pedido de Aprovação do Regulamento para a Pesca Desportiva da Albufeira de Vila Chã;* -----

-----**CINCO** – *Pedido de Declaração de Reconhecimento de Utilidade Pública do Aeródromo da Chã – Alijó;* -----

-----**SEIS** – *Pedido de Aprovação dos Estatutos e Estudo de Viabilidade da DouroNorte – Ambiente com vista à criação da Empresa Intermunicipal de Resíduos do Vale do Douro;* -----

-----**SETE** – *Pedido de Aprovação dos Estatutos da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro;* -----

-----**OITO** – *Pedido de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público da Associação de S. Tiago de Vila Chã;* -----

-----**NOVE** – *Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2006;* -----

-----**DEZ** – *Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007. --*

-----**ONZE**- *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto para assistir ao XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.* -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os Srs. Deputados José Manuel Lourenço Brás e Jaime Acácio Queirós Cardoso. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Amieiro, fez-se representar pela Secretária da respectiva Junta de Freguesia, Célia Eugénia Mesquita Quintas. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e sete e abre inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

----- **DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Apenas para corrigir na página 24, onde se lê “RDP”, deve ler-se “EDP”. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que relativamente à Acta em discussão, na sua intervenção na página 7 que não entende o que está expresso, embora faça ate elogios ao restante texto. Indica assim que na referida página quis dizer que era quando se referiu a todos, que estava a pôr em pé de igualdade e que isso é que é a Democracia pura. Indica ainda que onde diz “eleitas”, as instituições não são eleitas, quem são eleitas são as pessoas que as representam. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA:** Indica que serão registadas as devidas notas e alterações e coloca a mesma a votação, sendo aprovada por unanimidade com 34 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANIBAL FERREIRA:** Indica que usa da palavra para pedir a atenção do Sr. Presidente sobre duas situações que se verificam em Alijó. A primeira situação prende-se com uma casa junto ao edifício da Santa Casa da Misericórdia, pertença da Câmara Municipal de Alijó, a qual se encontra numa situação de ruína. Informa que assistiu há pouco tempo, num dia de chuva intensa, à queda de barro que ainda reveste a parede exterior, atingindo um ex funcionário da Câmara Municipal. È ainda eminente a queda de telhas, pois estão numa situação de desequilíbrio, pondo em perigo pessoas e viaturas. Considera urgente uma intervenção, no sentido de pelo menos

afastar os perigos referidos. Indica ainda que na mesma existe imenso lixo acumulado no pátio, constituindo um contraste gritante entre o apelo diário para manter o “Douro Limpo” e no centro da Vila se verificar a referida situação. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que de alguma forma tente resolver esta questão. Indica que a segunda questão se prende com a recolha de lixos, pois na zona onde habita concretamente na zona da Adega Cooperativa foi colocado um Ecoponto e o lixo acumula-se durante vários dias, originando cheiros nauseabundos, incomodativos e moscas que invadem as habitações. Indica ainda que há algumas semanas que verificam que os mesmos não são esvaziados, substituídos, nem sequer desinfectados. Indica ainda que há na referida zona uma concentração de caixotes de lixo, a trinta metros para nascente, que servem o restaurante “Pisca – Pisca”, junto ao edifício da Adega Cooperativa, havendo ainda outros na direcção oposta. Solicita que sejam tomadas providências pois a situação torna-se insuportável. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Felicita a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Vereador da Cultura, pelos dois espectáculos musicais realizados na comemoração do 25 de Abril. Indica que esta foi uma forma diferente de comemorar o Dia da Liberdade, sobretudo com a actuação da Orquestra “Exproarte”, que deliciou todos os presentes no Auditório Municipal. Solicita esclarecimento sobre se existem ou não avanços relativamente à construção de um canil Municipal ou Intermunicipal, pois é preocupante a quantidade de cães abandonados que proliferam pelas ruas das Freguesias. Indica que apesar de haver um acordo com o canil de Lamego, isso não é suficiente para a resolução do problema, que em boa vontade só terá solução quando existir um canil pronto a receber diariamente os animais abandonados e assim erradicar de vez um verdadeiro problema de saúde pública. Indica ainda que poderiam seguirem os exemplos de outros Municípios que tomaram medidas drásticas com a aplicação de coimas aos prevaricadores e deixa a sugestão com a garantia de que acolhe com bom gosto uma medida desta natureza, que entenda trazer a discussão e aprovação da Assembleia Municipal. Solicita ainda esclarecimento sobre o projecto de instalação da Central de Biomassa no Concelho, para quando a sua concretização. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM VEIGA:** Inicia a sua intervenção focando o atraso que se faz sentir para iniciar os trabalhos da Assembleia Municipal. A sessão está marcada para ter início às 9.30 horas e como tal deveria ser iniciada no horário previsto, pois constitui um mau exemplo. Em

nome da Comissão de Festas da Sra. da Cunha, agradece à Câmara, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, as facilidades que tem dado no arranjo do caminho da Sra. da Cunha, que favorece não apenas a Sra. da Cunha mas também os agricultores. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Usa da palavra para referenciar e felicitar o Executivo Camarário pela realização de três eventos que aconteceram no Concelho, de âmbito Regional. Refere-se assim à primeira reunião sobre a Unidade de Missão do Douro com o Eng. Ricardo Magalhães, assim como o Fórum participativo, do qual orgulhosamente fez parte, sobre as dissonâncias ambientais no Douro, a acção “Douro Limpo”, lamentando a fraca participação neste evento, pois foi uma oportunidade para verem os problemas que têm a nível ambiental no Concelho, mais especificamente no Alto Douro Vinhateiro. Refere ainda o Dia Internacional de Monumentos e Sítios, felicitando o Executivo, nomeadamente o Pelouro da Cultura pela edição da Carta Arqueológica através do lançamento de prospectos e roteiros arqueológicos, as próprias visitas guiadas ao Património Concelhio e a Carta Arqueológica on line que se encontra no site da Câmara Municipal. São três eventos de que todos se devem orgulhar e fundamentalmente é a obra que “infelizmente não se vê mas talvez seja de maior importância do que aquela que se vê.” São coisas que acontecem e que gostariam que tivessem mais participação. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Pretende alertar para algumas situações que se vão repetindo na Assembleia Municipal e em todas as intervenções que o Sr. Presidente responde com muita amabilidade “vamos tratar disso”, “vamos convocar reuniões”, ficando todos contentes pois pretendem prestar um bom serviço público às populações. Refere que na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente foi alertado pelo porta-voz da Bancada do Partido Socialista para a situação dos barcos que sobem o Douro, que fazem escala no Pinhão e pouco rendimento dão ao Concelho. Lembra ainda que foi dito que iriam dialogar no sentido de ver se haveria alguma forma de aplicar algumas taxas aos que se servem do Património, pois o Douro é um jardim e os jardineiros são a população do Concelho de Alijó, que trabalham não apenas para o Concelho mas também para todos os turistas a nível mundial. Entende que deveriam aplicar uma taxa e questiona o Sr. Presidente da Câmara se tomou algumas diligências nesse sentido, quais os resultados obtidos. Relativamente à questão da substituição das lâmpadas e respectiva iluminação, indica que deveriam

pressionar junto da EDP, sobre a qual pensa ter obrigação de resolver este problema, sendo que a substituição dos candeeiros, porque os novos para além de darem mais luz, consomem menos. Indica ainda que na substituição das lâmpadas, eles não são nada céleres, pois para além de lhes telefonarem e enviam faxes, apenas vêm “quando muito bem lhes apetece”. Lembra que foi afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara que iria convocar uma reunião entre Presidentes de Junta, Executivo Camarário e responsáveis pela EDP, no sentido de resolverem a questão da substituição das lâmpadas. Questiona o Sr. Presidente se tomou as devidas diligências nesse sentido e se há alguma reunião apazada. Gostaria que resolvessem a questão da iluminação colorida, passando para uma iluminação uniforme, mais agradável. Dá os parabéns a todo o Executivo pelo facto de duas rotundas” aqui no centro do Concelho” estarem muito bonitas, no entanto lembra que existem mais rotundas no Concelho, nomeadamente na Freguesia de Vila Chã que não estão tão bonitas como a de Alijó e Presandães, mas têm algum cuidado, têm arbustos cuidados porque há alguém que se interessa por aquilo. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que o Concelho não acaba em Presandães, existem mais rotundas a montante e jusante. Solicita que tenha cuidado com esta situação, porque é uma forma de preservarem o Património e passarem nas estradas e verificarem as rotundas embelezadas. Indica que viu na Exposição do Sr. Presidente da Câmara, um projecto relativo à Ponte Monim, com o qual se congratula, pois a praia fluvial ali existente não vai servir apenas Vilar de Maçada, mas também Francelos e Vila Chã. Refere ainda a questão da ETAR de Vila Chã, a qual ainda não se encontra resolvida, pois obtém sempre como resposta que é da responsabilidade das Águas de Trás os Montes. Informa que se deslocou junto das mesmas com objectivo de saber como está o projecto da ETAR de Vila Chã, pois o cheiro nauseabundo que se faz sentir à entrada da Freguesia, é bastante incomodativo e obteve plantas de implantação e um prazo que considera bastante curto. Desta forma já pode dar alguma informação à presente Assembleia Municipal e aos habitantes da Freguesia. Na sua óptica, e com todo o respeito por todas as ETAR’s construídas, a de Vila Chã, devia ser das primeiras, pelas consequências das vertentes para a Barragem, porque todos bebem água da Barragem de Vila Chã. Alerta que Vila Chã foi enganada quando a mesma foi construída, porque foi construída com a assinatura de todos os

agricultores para o regadio e nunca beneficiaram dessa água em relação à população do Concelho porque a pagam ao mesmo preço dos restantes. -----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY:** Indica que usou da palavra a fim de solicitar um esclarecimento mais pormenorizado ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao possível funcionamento do Posto de Turismo do Pinhão. Relembra que no ano transacto, por incapacidade financeira da Junta de Freguesia, o referido Posto manteve-se encerrado sendo inclusive alvo de alguma polémica. Indica que este ano já tomaram diligências e escreveram à Câmara Municipal e à Região de Turismo da Serra do Marão e tem conhecimento da existência de reuniões entre o Sr. Vereador e a Região de Turismo da Serra do Marão. Pensa que por indefinições acerca do funcionamento ou de continuidade da Região de Turismo da Serra do Marão, o processo está um pouco atrasado. Lembra que os turistas que passam pelo Pinhão são muitos, não têm qualquer culpa desta situação e sentem uma lacuna muito grande, porque não têm informação necessária. Solicita um pouco mais de atenção perante esta situação. Indica ainda que relacionados com o Posto de Turismo, estão uns contentores que foram colocados na Praia Fluvial do Pinhão, que não foi agrado de ninguém, nomeadamente a Câmara Municipal de Alijó e a Junta de Freguesia do Pinhão, mas para o fim que foram feitos se justificava a sua localização naquele local, no entanto ao fim de um ano os mesmos ainda não tiveram qualquer utilidade, que não fosse dar notícias nos jornais e lugar a contestações, por parte da população e das pessoas que passam. Solicita ainda informação sobre os ditos contentores porque a Junta de Freguesia solicitou a assinatura de um protocolo em favor da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, para que possam ser utilizados. Caso tal não se venha a verificar, pensa que será melhor retirar-los do local e acabar com o sacrifício da paisagem. Alerta ainda a Câmara Municipal para o facto de existirem rumores sobre o encerramento da Estação do Pinhão aos fins de semana e feriados e solicita ao Sr. Presidente da Câmara que apure os mesmos e intervenha caso se venha a confirmar que esta é a verdadeira intenção da REFER. -----

-----**DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES:** Inicia intervenção focando a EDP pois pretendia saber se foi realizada a reunião com os mesmos e os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, no entanto já verificou a inexistência da mesma e alerta no sentido do Sr. Presidente da Câmara tomar as devidas providências. Indica que Perafita está há cerca de seis ou sete meses com

metade da iluminação pois apesar das várias iniciativas de alerta à EDP, obtém sempre como resposta que a responsabilidade é Câmara Municipal de Alijó. Lembra que há alguns dias encontrou um dos piquetes na estrada, dirigiu-se ao mesmo, o qual uma vez mais o informou que teria de se deslocar à Câmara Municipal de Alijó, apresentando a respectiva queixa e só posteriormente solucionariam a questão. Indica ainda não entender como pode estar uma povoação cerca de meio ano com metade da iluminação e a resposta do piquete ser tão simples como “é natural porque a instalação já está um bocadinho velha, deteriorada, a cabine não tem suporte para poder aguentar tantas lâmpadas acesas”. Lembra ainda que passados alguns dias, Jorjais esteve quatro dias sem luz, ligando para a EDP na tentativa de saber qual a razão, sendo informado que já se tinham deslocado ao local, mas as cabines não suportam tantas lâmpadas. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que tome providências, pois se as referidas cabines não suportam a carga, têm que ser reformadas ou substituídas, tal como estava previsto há dois anos, fazer uma remodelação total, não apenas na Freguesia de Vila Verde, mas em todo o Concelho. Pensa que algumas Freguesias foram já remodeladas ou estão a ser e solicita que esta situação seja resolvida. -----

-----**DEPUTADO FILOMENA NOGUEIRA:** Indica que a sua intervenção vai um pouco de encontro à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Ferreira, informando que na sua Freguesia se encontra uma casa velha, abandonada, sita no Populo. Esclarece que o Sr. Vice – Presidente já tem conhecimento da situação, pois um vizinho da referida casa já enviou uma carta, no sentido de ser recuperada. Obtendo como resposta que iriam tratar do assunto. No entanto até à presente data nada foi feito. Pede formalmente na presente Assembleia Municipal que a situação seja considerada pois podem verificar-se danos e são responsáveis por tal. Termina solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que tome as providências no sentido da mesma ser recuperada com a brevidade possível. ---

-----**DEPUTADO ALFREDO VEIGA:** Indica que há poucos dias houve Conselho Regional da Agricultura, na Casa do Douro na Régua, do qual fez parte e os Conselheiros foram informados que as instalações da Casa do Douro, no Pinhão e Favaios vão ser vendidas. O Presidente da Casa do Douro informou que existem propostas, embora não esclarecesse qual o destino dos espaços. Questiona o Sr. Presidente se já tem alguma informação sobre esta questão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Informa o Sr. Deputado Joaquim Veiga e todos presentes que a Assembleia Municipal só se inicia quando há pelo menos vinte um Srs. Deputados presentes. A convocatória é formulada para as 9.30 horas, no entanto se só houver vinte e um Srs. Deputados às 10.00 horas, a mesma só pode ser iniciada a partir dessa hora, daí o motivo do atraso, o qual tem que ser imputado a todos que não cheguem a horas devidas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos e apresentar o *Ponto Um da Ordem de Trabalhos* “*Exposição do Senhor Presidente da Câmara*”-----

-----**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** introduz o *Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos*. (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Fevereiro de 2007 (segunda quinzena), Março e início de Abril de 2007. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** Até meados do mês de Abril do ano de dois mil e sete, o Município de Alijó efectuou pagamentos a fornecedores de imobilizado (empreiteiros e fornecedores de bens de investimento) no montante de 1.868.420,32€ (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte euros e trinta e dois cêntimos). A fornecedores - conta corrente, foi pago o montante de aproximadamente 550.000,00€ (quinhentos e cinquenta mil euros). A dívida a fornecedores é de aproximadamente 3.800.000,00€ (três milhões e oitocentos mil euros). Os empréstimos, anteriormente contratados, continuam a ser pagos de acordo com as cláusulas contratuais, tanto a nível das amortizações, como dos juros. Durante o 1.º trimestre, o Município de Alijó não efectuou pagamentos como vem sendo hábito, facto que se deve ao projecto das Expropriações relativamente à variante Favaios/Nascente. No que respeita ao processo de expropriação referido, a lei obriga ao depósito integral da quantia em causa, sendo esse montante aproximadamente de 430.000,00€ (quatrocentos e trinta mil euros). Por esta razão o Município teve que fazer um esforço enorme, para poder dispor dessa quantia em tão curto espaço de tempo. As transferências para as Juntas de Freguesia, que têm sido feitas com algum atraso, vão ser regularizadas no próximo mês de Maio, fazendo-se também as adendas necessárias aos protocolos. Relativamente ao empréstimo de Saneamento Financeiro, aprovado em Assembleia Municipal, entrou nos cofres do Município o montante de 1.143.613,00€ (um milhão, cento e quarenta e três mil e seiscentos e treze euros), tendo-se efectuado todos os pagamentos a empreiteiros até final do mês de Março. Também

será elaborado um novo plano de pagamentos, a efectuar aos empreiteiros, durante o mês de Maio, reajustando os pagamentos, tendo em conta os montantes liquidados com o empréstimo de Saneamento Financeiro e novas dívidas entretanto assumidas por novas obras no Município. **2 – Actividade do Município – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** a – Actividade cultural: Biblioteca **Municipal**

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
Janeiro	8	213	8
Fevereiro	6	152	51
Março	21	195	9

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
Janeiro	607	4
Fevereiro	670	6
Março	185	0

Auditório Municipal

Estatísticas

Fevereiro		
Filme	À Noite no Museu	91
Filme	Saw 3 – O legado	70
Filme	Artur e os Minimeus	86
Atelier	E se Eu Fosse...	35
Filme	Déjà Vu	55
Filme	Apocalypto	54
Música	Artemsax	35
Curso	Lenço dos Namorados	13
Curso	Artes Decorativas	12
Curso	Desenho de Adaptação à Pintura	18
Março		
Teatro	Um Deus Dormiu lá em Casa	71
Filme	A Maldição 2	59
Filme	Hannibal	62
Filme	A Casa Fantasma	32
Música	Concerto	110
Música	André Santos e Quinteto	47
Filme	Rocky Balboa	56
Teatro	Terra Firme	80
Filme	Diamante de Sangue	65
Filme	Babel	38
Abril		
Filme	A Teia da Cartola	81

Actividades Gratuitas		
Teatro	Alice no País das Maravilhas	482
Teatro	D. Roberto	293
Teatro	Terra Firme	240
Teatro	Auto da Barca do Inferno	120
Literatura	Lançamento do Livro “Marcos da Demarcação”	110
Exposição	Pormenores do Douro	280
Exposição	Marcos da Demarcação	300

Espaço Internet

Fevereiro: 2649 utilizadores, Média de idades: 19; Março: 2990 utilizadores, Média de idades: 19; Abril:

1081 Utilizadores: Média de idades: 19. Formação: Mini cursos de informática para adultos: Iniciação à Informática: 18 alunos; Microsoft Word: 11 alunos; Microsoft Excel: 12 alunos. Net Kids: Informática: Para os Mais Novos: 13 alunos.

b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos e adultos) que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Terão início no dia 23 de Abril, as aulas de Danças Latinas e Hip-hop, dirigidas a todas as faixas etárias, para que desta forma possamos alargar a oferta da prática de actividade física “indoor”. Escola de formação desportiva Municipal – É um projecto de animação desportiva que proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade, a funcionar todos os sábados de manhã, é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Actividades Pontuais: - Dia 17 de Fevereiro – Encontro de Escolas de Natação em Alijó. A equipa da escola de Natação de Alijó compareceu com cerca de 20 atletas distribuídos pelos vários escalões. Estiveram presentes as Escolas de Natação de: São João da Pesqueira, Chaves, GCVR, CNIN, Bragança, Murça, Vinhais e Alijó. - Dia 14 de Abril – IV Torneio de Natação da Vila de Alijó - organização conjunta do Município de Alijó e Clube de Natação de Alijó. Estiveram presente nesta prova mais de 200 atletas, distribuído pelos diferentes Clubes e Escolas. - Clube de

Natação de Alijó; - Escola de Natação de Alijó; - Ginásio Clube de Vila Real; - Clube de Natação Interior Norte; - Natação Clube de Chaves; - Ginásio Clube de Santo Tirso; - Serviços Sociais da Câmara Municipal de Paredes; - Serviços Sociais da Câmara Municipal de Bragança - A.D. Zamora - Club de Natación Pabellón Ourense - Vitória Sport Club - Dia 29 de Abril- Festand. Festa do Andebol que decorrerá em Vidago, que contará com a presença de aproximadamente 40 atletas da Escola de Formação Desportiva Municipal de Alijó.

Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Fevereiro 2007

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	872
Escolas 1º ciclo	504
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	491
Lazer	204
Aeróbica	60
Hidroginástica	99
Clube de Natação	288
Artes Marciais	81
TOTAL	Entradas 2599

Março 2007

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	421
Escolas 1º ciclo	530
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	482
Lazer	267
Aeróbica	146
Hidroginástica	139
Clube de Natação	349

Artes Marciais	138
TOTAL	Entradas 2472

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica

Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvido diversos esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Também neste período foi prestada assistência no preenchimento das declarações de IRS e das declarações anuais de rendimentos dos reformados, para o centro de saúde, para isenção das taxas moderadoras. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os GAC, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

GAC	Fevereiro 2007	Março 2007
Carlão	580	420
Pinhão	351	412
Sanfins do Douro	647	479
Vilar de Maçada	574	864

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Fevereiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte portugueses, seis espanhóis, dois franceses,

dois brasileiros e dois alemães. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Março: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e um portugueses, oito ingleses, dois espanhóis, três norte-americanos, dois brasileiros, um alemão, dois canadianos e um australiano. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo; Abril: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de oito portugueses, dois brasileiros e seis espanhóis, até à data de 13.04.07. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abertura do Posto de Turismo ao Fim-de-semana (10.30h/12.30h - 14.00h/16.30h). Curso de Fotografia intensivo para os alunos da Escola Secundária de Alijó entre os dias 3 e 7 de Abril. c –

Obras e Intervenções Municipais: * Reparação de rupturas de água* Corte de mato e limpeza de valetas; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Colocação de sinalética vertical e horizontal no concelho; * Trabalhos vários em diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico; * Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Limpeza de lixeiras;* Colocação de tubos em PVC 0.75 em condutas danificadas; * Limpeza de sarjetas e estradas; * Limpeza e arranjo de caminhos, ruas e cemitérios; * Abertura de estrada; * Remoção de contadores partidos e colocação de contadores novos; * Reparação de várias rotundas; * Reparação e limpeza de depósitos; * Montagem de palco para o mega baile na Zona Industrial; * Reparações no Salão dos Bombeiros voluntários de Alijó; * Colocação de azulejos na Igreja de Alijó; * Abertura de uma vala junto ao chafariz de Sanfins do Douro; * Colocação de uma boca-de-incêndio na Zona Industrial; * Trabalhos vários no complexo das Piscinas Municipais de Alijó; * Trabalhos vários no Pavilhão Gimnodesportivo; * Corte de árvores no cemitério de Vila Verde e seu transporte para a escola; * Trabalhos vários no Teatro Auditório Municipal de Alijó; * Trabalhos vários no Mercado Municipal. - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase – Povoação do Freixo - em concurso - Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase – Povoação de Vilar de Maçada - em concurso - Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 2ª Fase – Povoação da Rapadoura - em concurso - Execução da Beneficiação de Estradas no Concelho – Freguesia do Pópulo – (Casas da Estrada – Vale de Cunho) – em concurso - Projecto das Bancadas do Campo de Futebol - em concurso - Projecto do Ponto de Água na Ponte de Monim – em concurso- Fiscalização da Obra – Variante Favaios/Nascente – em concurso - Estádio Delfim Magalhães – Fiscalização da Obra – em concurso - Projecto de Infraestruturas do Centro de Saúde – em concurso - Ampliação das Redes Eléctricas – em concurso - Arranjos Exteriores ao Centro Social de S. Mamede Ribatua – em concurso- Recuperação dos Interiores da Biblioteca – em concurso - Beneficiação de Estradas no Concelho (Pinhão) – adjudicada - Pavimentações nas Freguesias – Alijó (Acesso ao Reservatório da Lama Boa) – adjudicada - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 2ª Fase – Povoação de Vilarinho de Cotas adjudicada - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase – Povoação de Castedo – adjudicada - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 2ª Fase – Povoação de Francelos – adjudicada **d** – **Acção**

Social, educação e saúde pública: a – Acção Social, Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Preparação da festa – convívio do idoso; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Desenvolvimento das acções no âmbito da Rede Social – preparação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho (PDS); Projecto ”NOVOS RUMOS” – Candidatura ao Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes. Continuação das acções promovidas: - Gabinete de Apoio ao Jovem; - Grupos de trabalho com famílias que apresentam dificuldades em gestão doméstica; - Início de estudos sociológicos sobre violência doméstica no Concelho; Apoio a Idosos e Deficientes - Dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados tais como cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo, sempre que as famílias deixem de os necessitar são devolvidos à Autarquia para serem emprestados a outros idosos. - Assim, até ao momento encontram-se emprestadas 20 camas hospitalares, no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vilar de Maçada, S. Mamede, Pegarinhos, Vila Chã e, procedeu-se a: - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados do Concelho; - Atribuição de uma cadeira para um utente de Carvalho, Vila Chã. Até ao momento encontram-se emprestadas 18 cadeiras, no Castedo, Alijó, Carlão, Vilarinho de Cotas, São Mamede, Vila Chã, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Pegarinhos. Apoio à Habitação - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos (quatro situações – 1 Sanfins do Douro, 1 Vilarinho de Cotas, 1 Cheires, 1 Vila Chã) - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação. Programa “SOLARH” N.º de processos concluídos desde o início do Programa – 18, N.º de processos entrados – 1, N.º de processos aprovados – 1, N.º de processos aprovados e que se encontram em fase de obras – 2, N.º de processos a aguardar aprovação – 0, N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0, N.º de processos indeferidos – 0, N.º de processos suspenso – 0, N.º de desistências – 0, Apoio na Saúde: - Integração socioprofissional de toxicodependentes - Programa Vida –Emprego, Neste momento, estão em acompanhamento: Processos concluídos com integração plena desde o início do Programa – 25, Processos concluídos sem integração – 6 (a não integração foi por decisão dos utentes e não pelas entidades empregadoras), Estágio Profissional de Integração Socioprofissional – 1, Processos em preparação – 6, Medida “Apoio ao Emprego” – 5, Processos cancelados – 0, Processo concluído a aguardar resposta para integração – 0, Processos em candidatura – 1; Apoio Acção Social escolar: Apoio no transporte escolar de crianças com deficiência, que frequentam estabelecimentos especializados, APPCDM de Sabrosa e APPC de Vila Real; - Apoio a nível de refeições a crianças do 1º Ciclo e Pré - Escolar; - Apoio a nível das refeições a crianças de famílias desfavorecidas. b - Educação: * Conclusão do processo de aquecimento através de Biomassa Florestal nas

escolas e Jardins-de-infância do concelho (elaboração do relatório final); * Distribuição de lenha e briquetes por todos os estabelecimentos de ensino que possuem aquecimento através de biomassa florestal; * Distribuição de verbas para aquisição de materiais didácticos aos Agrupamentos de Escolas de Alijó e do Pinhão; * Distribuição de produtos de limpeza e higiene em todos os estabelecimentos de ensino; * Implementação do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular em todas as Escolas do 1º CEB do Concelho; * Alargamento do serviço de refeições escolares às crianças do Pré-Escolar de S. Mamede de Ribatua e do Castedo; * Programa de Generalização do fornecimento de Refeições para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico – alargamento à Escola 1º CEB do Castedo; * Distribuição de leite escolar nos estabelecimentos de ensino pertencentes ao Agrupamento de Escolas do Pinhão; * Transportes escolares, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; * Transporte das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico provenientes das escolas que encerraram em virtude do reordenamento da rede escolar; * Cedência de transporte para visitas de estudo dos alunos de todas as Escolas do concelho; * Cedência de transporte para Desporto Escolar da Escola Secundária de Alijó, Escola EB 2,3 de Alijó e Escola EB 2,3 do Pinhão; * Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); * Cedência de transporte a todos os deficientes do concelho para a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real e Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal); * Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; * Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão e da Escola Secundária de Alijó; * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa nos Infantários Públicos – prolongamento de horário e apoio às refeições (Alijó, Castedo, Favaios, Granja, Pinhão, Pegarinhos, Presandães, Ribalonga, Santa Eugénia, S. Mamede de Ribatua, Vila Chã, Vilar de Maçada e Vilarinho de Cotas); * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa para apoiar os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico para apoio às refeições e actividades de enriquecimento curricular c – Saúde Pública: - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê: - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a veículos de venda ambulante de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 canídeos em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara

Municipal de Alijó; - Campanha de vacinação anti-rábica (época especial); - Colaboração com a Guarda Nacional Republicana, em solicitações relacionadas com problemas de saúde pública;

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Santa Eugénia Sector Agro-Pecuário: - Criação de Estabelecimento de Venda Directa	. GADL; . Agricultor/Produtor; . Direcção Geral de Agricultura de Bragança.	. Acompanhamento de projecto aprovado de Cozinha Tradicional para produção de fumeiro.	. Vistoria efectuada por equipa da Direcção Geral de Agricultura de Bragança para permitir o seu funcionamento.
Concelho de Alijó – Pópulo Sector Agro-Pecuário: - Criação de Pocilga Familiar em Regime Complementar	. GADL; . Promotor; . Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça bisara de Vinhais; . Veterinário da Associação.	. Criação de porcos da raça Bisara em regime semi – extensivo	. Visitas de trabalho periódicas à exploração, para acompanhamento da actividade;
Concelho de Alijó – Favaios Sector do Turismo: - Aldeias Vivas	. GADL; . Associação Nacional de Oficinas de Projecto (ANOP); . Equipa da Casa de Iniciativa Local (CIL); . Presidente da Junta de Freguesia de Favaios; . Potenciais Empreendedores.	Apresentação do Plano de Acção (Fase II) das aldeias Vivas que visa o desenvolvimento do Turismo na região com a requalificação das infra-estruturas existentes, promoção e venda dos produtos regionais de qualidade, criação de restaurante vinhateiro e Adega Típica Duriense, estratégia de dinamização e promoção de eventos culturais e aumento do n.º de alojamentos turísticos.	. Participação na apresentação do Plano Básico de Desenvolvimento Turístico – 2.º ciclo do programa de intervenção.
Concelho de Alijó – Alijó Sector - Empreendedorismo	. GADL; . Empresa de Consultoria (SPA/GLOCAL).	. Participação dos potenciais empreendedores na formação “Atelier de Ideias” com o objectivo de criação do seu próprio negócio.	. Reuniões de trabalho com SPA (empresa que efectua enquadramento dos projectos propostos e formação aos potenciais empreendedores); . Informação a todas as Juntas de Freguesia; . Informação à equipa (CIL) a funcionar em Favaios.

Concelho de Alijó – Favaios	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . CCDRN; . Associação de Municípios Douro Sul; . ADETURN; . IPPAR; . Câmara Municipal de Sabrosa; . Câmara Municipal de Tarouca; . Câmara Municipal de Tabuaço; . Câmara Municipal de S. João da Pesqueira; . INPUBLIC. 	<ul style="list-style-type: none"> . Distribuição das tarefas à equipa de Gestão do Plano de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Vinhateiras do Douro (PDTAVD); . Visita a Favaios para conhecimento da requalificação física ainda em fase de obra que a aldeia está a ser submetida, bem como o reconhecimento de alguns recursos patrimoniais existentes 	<ul style="list-style-type: none"> . Reunião de Trabalho; . Visita de Trabalho.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Favaios	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . CCDRN; . Associação de Municípios Douro Sul; . ADETURN; . IPPAR; . Câmara Municipal de Sabrosa; . Câmara Municipal de Tarouca; . Câmara Municipal de Tabuaço; . Câmara Municipal de S. João da Pesqueira; . INPUBLIC. 	<ul style="list-style-type: none"> . Apresentação do Plano de Dinamização Turística das aldeias vinhateiras do Douro, visando a criação de uma dinâmica de regeneração e valorização das aldeias do Douro Vinhateiro, através da revitalização sócio -económica, da fixação da população e do reforço da promoção turística do Douro. 	<ul style="list-style-type: none"> . Participação na apresentação Pública do Plano.
Concelho de Alijó (sector – Higiene e Segurança no Trabalho Agrícola)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Instituto para a Segurança Higiene e Saúde no Trabalho; . Escola E.B.2,3 de Alijó inserida no Programa Nacional de Educação para a Segurança e Saúde no Trabalho (PNESST); . Associações de Agricultores; . Grupo de médicos da área de Saúde Pública. 	<ul style="list-style-type: none"> . Sensibilização da População para as regras a cumprir na utilização do equipamento de trabalho, no armazenamento e utilização de fitofármacos e outros produtos químicos, bem como, na movimentação manual de cargas. 	<ul style="list-style-type: none"> . Sessão de Sensibilização à População do Concelho.

Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó- ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Colaborador da CIBIO; . Guardas Florestais Auxiliares; . Conselho Cinegético; . DGRF	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Registo Periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na ZCMA; . Continuação do programa de sementeiras estabelecido; . Serviço administrativo da ZCMA; . Foram efectuadas acções de profilaxia “vacinação” no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Reunião do Concelho Cinegético; . Fiscalização da gestão da ZCMA.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó- ZCMA - Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL, GTF e Vice- Presidente	. Avaliação de potenciais áreas para implementação de um campo de treino de cães na área da ZCMA e levantamento das parcelas e respectivos proprietários.	. Visita ao terreno e trabalho de gabinete.
Concelho de Alijó (Sector Pesca)	. GADL	. Regulamento de Pesca.	. Revisão do Regulamento de Pesca.
Concelho de Alijó – REVIDOURO	. GADL	. Divulgação do evento a todas as empresas locais do sector vitivinícola e gastronómico.	. Apresentação do evento a todas as empresas por carta, mail, bem como visitas personalizadas, permitindo uma auscultação sobre as perspectivas destas empresas face ao evento.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL e GTF.	. Avaliação das parcelas de Fogo Controlado, no Campo de Tiro de Alijó.	. Levantamento das parcelas, com GPS, utilizadas na Acção de Fogo Controlado no Campo de Tiro de Alijó.

Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF, Comandante Operacional Distrital e Comandante do Grupo Territorial do SEPNA.	. Avaliação dos conteúdos do PMDFCI, nomeadamente nas acções de sensibilização e locais estratégicos de estacionamento com o objectivo de se preconizarem as acções de prevenção e protecção da floresta contra incêndios bem como na sensibilização das pessoas.	. Reunião de avaliação do PMDFCI e preparação do POM 2007.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF; . Proprietários florestais; . População em geral.	. Conhecimento do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de Junho que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.	. Esclarecimento de alguns artigos relacionados com a gestão de combustível (limpeza/remoção de Biomassa vegetal) nas suas propriedades. . Esclarecimento sobre a realização de queimas e queimadas
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF.	. Alertar a população em geral para o cumprimento das normas referidas no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, no que diz respeito à redução do risco de incêndio – protecção de pessoas e bens – limpeza e remoção de matos numa faixa de 50 e 100 m	. Elaboração e distribuição, pelas 19 Freguesias e população em geral do Edital e Aviso.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL e GTF;	. Planeamento da actividade a desenvolver na Semana da Floresta – Aula sobre Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios, exemplos no Concelho	. Reunião com a Professora responsável pelas turmas de 10º e 11º anos.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF.	. Planeamento das actividades a desenvolver no Dia Mundial da Floresta.	. Reunião com as Professoras responsáveis pelo Clube da Floresta.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF; . Forestis.	. Aproveitamento da Biomassa Florestal – benefícios para a economia e desenvolvimento rural.	. Presença no Seminário Biomassa Florestal – uma oportunidade para a valorização e defesa da Floresta.

Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF; . Membros do Júri do Concurso Alijó na Defesa da Floresta.	. Apreciação dos trabalhos realizados pela população escolar do Concelho.	. Classificação dos trabalhos realizados pela população escolar do Concelho.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF; . População escolar do Concelho. . Membros do Executivo.	. Entrega de prémios do III Concurso Alijó na Defesa da Floresta – “A Floresta a crescer sob o Teu Olhar”	. Sessão Solene no Auditório Municipal de Alijó.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF; . Adjunto dos B. V. Cheires	. Parecer técnico sobre uma queimada na Freguesia de Sanfins do Douro.	. Visita ao terreno.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GTF; . GADL.	. Avaliação de uma área potencial de risco de incêndio junto de habitações. Abate e desrama de alguns pinheiros – aplicação do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho.	. Visita ao terreno, acompanhamento dos trabalhos.

Alijó, 16 de Abril de 2007, O Presidente da Câmara, José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que concerne à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Ferreira, no que diz respeito à casa junto à Santa Casa da Misericórdia, informa que esta foi já alvo de uma intervenção dos funcionários da Câmara, num primeiro momento, para salvaguardar questões relacionadas com protecção civil, para que não ocorra nenhuma situação das do género que o Sr. Deputado referiu. Aproveita ainda esta oportunidade para informar que já tiveram um interessado em recuperar a casa, numa hipotética parceria com a Câmara Municipal que, até ao momento ficou de apresentar uma proposta e não o fez, motivo pelo qual ainda não avançaram com uma situação mais definitiva. É um facto que precisam de rapidamente resolver esta questão. No que diz respeito à recolha de lixo, mais particularmente no que concerne ao Ecoponto e todas as outras matérias relacionadas com o ambiente, recorda que no Período da Ordem do Dia de Trabalhos da presente Assembleia, está a constituição de uma empresa do ambiente, ao nível de toda a área de Municípios do Vale Douro Norte, que tem como objectivo resolver os problemas desta área: recolha de lixo indiferenciado, doméstico, tudo aquilo que tem a ver com o ambiente.

Informa que as despesas com o ambiente, representam já por mês cerca de 50 mil euros (10 mil contos) e para uma Câmara com a capacidade financeira de Alijó, é uma verba extraordinariamente significativa e se quiserem mais e melhor recolha, quer indiferenciada, quer a outros níveis, vão ter obrigatoriamente que pagar mais. Reconhece que é um facto que ainda não está perfeito, no entanto está muito melhor do que foi no passado. Assim, as sete Câmaras da Associação de Municípios, estão a trabalhar para tentar prestar este serviço da forma mais eficiente possível, com o menor custo possível. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Belarmino, no que concerne à forma diferente de comemoração do 25 de Abril, folga em saber que ficou agradado e pensa que quem assistiu às comemorações também ficou agradado. O 25 de Abril deve ser comemorado de diversas formas e sempre virado para o povo porque foi feito para o povo e devem ter como objectivo último esse mesmo povo. Houve um tempo em que faziam uma cerimónia solene em que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Porta – vozes de cada Grupo faziam a sua intervenção, mas foi unanimemente reconhecido por todos que essa forma de comemorar o 25 de Abril, já se tornava cansativa, porque de ano para ano era difícil apresentar alguma ideia nova sobre esse facto histórico que depois de muito analisado, já não há tanto de novo para acrescentar. Daí terem optado para esta comemoração mais aberta a tudo e através da música e da arte exprimir os valores fundamentais da Revolução de Abril. Na véspera do 25 de Abril tiveram um espectáculo de enorme qualidade, foram executadas músicas de Carlos Paredes e Zeca Afonso, interpretadas por um grupo de Jazz, em que articularam o passado, o presente e o futuro, a memória dos poemas tocada de forma musical diferente e mais virada para a juventude, para a atrair para esta temática. É importante transmitir ideias simples sobre o 25 de Abril, desta forma simples, imediata e directa que é a música. Indica ainda que vivemos na sociedade da imagem, da comunicação e a música é uma óptima forma de comunicação. Acresce ainda que no Concelho de Alijó, existem duas bandas musicais, uma enorme tradição ao nível do teatro, a este nível e a Exproarte, escola profissional nesta vertente, esteve presente nas comemorações do 25 de Abril. Esta escola abarca também alunos do Concelho de Alijó, que depois dão o seu talento às duas bandas existentes, particularmente Carlão e S. Mamede, onde radicam as mesmas. Nas comemorações de qualquer acontecimento, há quem concorde com umas, há quem concorde com outras, há quem goste mais de um tipo de

comemorações, há quem goste de outro, mas essa é também a essência do 25 de Abril: é a Liberdade de cada um entender as comemorações de forma diferente e dizer a forma que mais lhe agrada. Pensa que quem teve oportunidade de assistir aos espectáculos, gostou, pois foi um momento diferente. No que diz respeito ao canil inter municipal, este está a ser construído pela Associação de Municípios de Vale do Douro Norte, o problema dos cães terá para breve a solução adequada. Concorda que se deveria estudar essa forma de eventualmente estabelecerem coimas para evitar alguns casos mais graves que possam ocorrer, questão que irá ser analisada e comunicada futuramente. No que diz respeito à Central de Biomassa, indica que o ponto de situação do concurso, é o seguinte: houve três concorrentes, um deles foi excluído, o qual reclamou para os tribunais e enquanto o processo estiver com os tribunais, não podem concluir o concurso. Por este facto, o concurso está mais atrasado. Segundo informações que recebeu de quem está a liderar este processo, em termos do respectivo Ministério, provavelmente, até ao final do Verão, esse recurso, será respondido pelos tribunais e só a partir dessa altura, poderão fazer análise do concurso. Se a referida empresa for excluída, apenas terão que analisar duas propostas, caso contrário, terão que ser analisadas as três. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Veiga, agradece a simpatia da sua intervenção e indica que não têm capacidade para resolver todos os problemas que gostariam, mas os que estão ao alcance do Executivo, vão tentando ajudar na sua resolução. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Telmo Pinto, indica que tem todo o gosto em aceitar o desafio que o mesmo lhe lançou, de comentar os três eventos que se realizaram no Concelho de Alijó há pouco tempo. No que diz respeito ao primeiro evento da Unidade Missão do Douro, indica que foi constituída há pouco tempo, a equipa que vai tratar dessa matéria e que tem como principal finalidade coordenar todas as intervenções públicas e privadas na área territorial do Douro, quer sejam provenientes da Administração Central, da Administração Local ou de algum interesse particular. É uma estrutura de acção e coordenação supra municipal de enorme importância para a implementação de projectos, inclusive de uma enorme importância, no que concerne à preparação de futuros projectos a candidatar no próximo Quadro Comunitário de Apoio e foi para Alijó, um honra e um privilégio, que esta estrutura da Unidade Missão do Douro, realizasse no Concelho o seu primeiro evento, a sua primeira acção, depois de constituída. O que ficou como ideia chave da

realização desse evento, foi que não obstante os meios serem sempre insuficientes para os desígnios que pretendemos alcançar, neste momento, a Unidade Missão Douro tem um rosto, tem um equipa, que vai trabalhar em parceria com as Autarquias, com os particulares e com a Administração Central, na tentativa de fazer esta coordenação para resolver os problemas do nosso território. Uma das principais dificuldades que o Douro sempre teve, radica no facto de não falar a uma só voz, no facto de ter várias tutelas e não terem um responsável a quem pedir contas. A partir de agora, já o podem fazer ao chefe de projecto e à Unidade Missão Douro. Muitos outros assuntos foram debatidos, desde logo o facto de não poderem assacar apenas às Autarquias, a responsabilidade pela protecção do Douro Património Mundial e desta paisagem, na medida em que a protecção da mesma cabe a todos e particularmente desde logo aos construtores desta paisagem, ou seja, os vitivinicultores; outra questão que foi abordada é o facto dos vitivinicultores para poderem manter os muros de xisto e esta paisagem, têm que receber apoios do Estado, da Administração Central. Hoje o negócio da uva e da vinha já é difícil, se tiverem que encaminhar os recursos para esse esforço suplementar, as dificuldades vão ser acrescidas. A segunda grande ideia que passou é que a responsabilidade pela protecção da paisagem cultural, evolutiva e viva que a UNESCO classificou como Património da Humanidade, não pode ser apenas responsabilidade das Autarquias, nem apenas dos particulares, mas também do Estado, Administração Central e da própria Europa, porque se é Património da Humanidade, é de todos nós. Indica que devem articular os diferentes níveis de intervenção e atribuir responsabilidades a cada um deles. No que concerne ao “Douro Limpo”, foi uma acção também na área do ambiente, a qual classifica de extraordinária, ficando agradavelmente surpreendido pela forma como a mesma foi implementada, porque os promotores que o fizeram em parceria com a Câmara Municipal, tiveram o cuidado de “guardar o segredo”, da forma como se iria desenvolver este workshop. Ao contrário do que poderiam pensar, de que iriam chegar e ouvir os técnicos a “bombardear” com discursos sobre esta matéria, tiveram antes uma verdadeira acção de formação sobre a problemática ambiental no Douro e sobre o nosso contributo, ideias e diagnóstico para quem está a fazer este trabalho, possa encontrar as melhores soluções para os problemas. Esclarece que não se limitaram a chegar ali e debitar os seus conhecimentos, pediram de uma forma muito pedagógica, com jogos lúdicos, que diagnosticassem o que estava bem e o que

estava mal, os pontos fortes e os fracos, para que possivelmente no futuro, esta equipa possa apresentar melhores soluções para a resolução deste problema. As coisas não nascem de geração espontânea e há três áreas fundamentais: uma primeira da prevenção, educação ambiental – placards espalhados pelos Concelho, são uma das componentes da Educação ambiental porque esta não se pode dirigir apenas às escolas, aos alunos, tem também que se dirigir a todos. Para atingir o público alvo dos que não estão na escola, a estratégia foi a comunicação dos placards e outdoors a chamar a atenção para o problema, porque o primeiro passo para terem sucesso neste combate, é fazer a educação ambiental, recolha e tratamento dos resíduos em casa de cada um. Como é do conhecimento de todos, não interessa ter um ecoponto, se em casa de cada um não existir um mini ecoponto onde possam distribuir os resíduos domésticos. Este aspecto pedagógico, de educação ambiental, é fundamental e de prevenção. Os resultados práticos destas medidas não se vêm de um dia para o outro, demoram anos e por vezes gerações. Tendo por isso que adoptar medidas de curto e médio prazo. Esclarece que no curto prazo estão a limpar uma série de lixeiras ocasionadas pela falta de educação ambiental daqueles que as produzem, porque deixam os detritos da forma mais indiferenciada, onde lhes apetece, na curva de uma estrada, a Câmara vai lá limpar e passado uma semana estão lá colocados novos detritos. A própria equipa que está a estudar esta matéria, detectou essa situação, fotografou os casos e deu o Concelho de Alijó como um Concelho exemplar nesta acção, não apenas pedagógica, mas prática, de eliminação de dissonâncias ambientais, mostrando uma fotografia em que num dos sítios, após terem limpo, colocaram uma rede e uma placa a dizer “Não deitar lixo”. Indica que esta não é a solução ideal, pois ao colocar a rede e a placa, limparam aquela parte do ambiente, mas enclausuraram a paisagem nessa mesma rede. Essa foi a forma mais prática, mas também chocante para a consciência das pessoas, para os alertar que já tinham feito o trabalho e não podiam continuar a depositar os detritos naquele local. Uma terceira vertente deste problema, tem a ver com os materiais de construção civil e sobretudo com as sucatas e veículos em fim de vida, porque têm já um protocolo com a empresa “Valorcar” e nessa medida estará resolvido. Um problema que não está resolvido, não apenas no Concelho de Alijó como em todo o país é o dos materiais de construção civil, os chamados entulhos, porque a solução do mesmo é extremamente onerosa e nem as Câmaras nem o IRAR, nem o Estado, encontraram ainda uma solução definitiva

para o problema. Contudo informa todos os presentes que estão a tentar resolver este problema, não provavelmente da forma ideal, mas de forma possível, colocando através da empresa “Serurb”, contentores, distribuídos em sítios estratégicos do Concelho para fazer uma primeira recolha deste tipo de material, em S. Mamede, na Zona Industrial, perto do Populo, na zona do Pinhão e Vila Chã. Estes passos estão a ser estudados por essa empresa, no sentido de encontrar pontos cardeais para poder fazer a respectiva recolha. O problema fundamental não é apenas a recolha mas a fase posterior à mesma, ou seja, para onde os levar. Este é um assunto que a referida empresa, que vai ser constituída na área do ambiente, também tratará de resolver e está na Ordem de Trabalhos da presente Sessão. No que concerne aos monumentos e sítios, foi outro evento realizado e sobre este ponto de vista, chama a atenção de todos os Srs. Deputados que, assim como devem aceitar as críticas com espírito, com *fairplay* e com humildade democrática quando as coisas não correm bem, também os apraz registar, quando as coisas correm efectivamente bem. No que concerne a este dia devem ficar satisfeitos porque foram dos poucos Municípios, ou até mesmo o único que, na nossa Região comemorou este dia, não apenas numa comemoração simbólica, mas numa comemoração real, em que envolveram todos os intervenientes neste Património. Tal como foi já referido, colocaram um site na Internet com o Património Arqueológico, sendo a melhor forma de atrair para o Concelho este tipo de turismo relacionado com a cultura, ou seja, o Turismo Cultural. Houve uma intervenção da RTP, levaram alunos da escola a algum desse Património, particularmente na Anta da Fonte Coberta da Chã e no Castro do Populo, onde aí o objectivo foi de uma forma pedagógica dizerem aos alunos que aquele Património é também deles e devem cuidar dele. A publicação do Roteiro Arqueológico, que permite a cada um dos visitantes conhecer melhor esses mesmos sítios, com uma pequena caracterização do ponto de vista arqueológico. Expressa que esta foi uma óptima forma de comemorarem o Dia dos Monumentos e Sítios. No que respeita à intervenção do Sr. Deputado Fernandes, no que concerne aos barcos do Douro, à poluição e à ausência de rendimento, tal como é do conhecimento do mesmo, já várias vezes colocaram a quem de direito, a situação, a quem tem a competência neste domínio. Indica que é importante dizê-lo de uma vez por todas que, a Câmara Municipal de Alijó, não pode, não tem competência para cobrar taxas na via navegável. Quem tem competências para tal é o Instituto Portuário Transportes Marítimos, pois a competência

da Câmara termina no passeio, junto das margens. No entanto levanta-se a questão de fundo em saber se tal está correcto ou não. Sem uma alteração legislativa, a Câmara Municipal não pode aplicar taxas em domínios que não são da sua competência, pois se pudesse, as mesmas já estariam a ser aplicadas. Relembra aos Srs. Deputados, que foi dos primeiros Autarcas a chamar a atenção para este problema e para a necessidade de resolução do mesmo, no entanto até ao momento ainda não foi possível. No que diz respeito à EDP, relembra que na anterior Assembleia Municipal afirmou que tinham que marcar uma reunião com a EDP e com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, para definitivamente resolverem este problema no concelho de Alijó. Essa reunião não se realizou por impossibilidade de conciliação de agendas entre os responsáveis da EDP e o Executivo. Indica que não quer realizar esta reunião com um técnico que amanhã o seu superior hierárquico, se venha a desculpar com ele ou vice – versa, pois pretende realizá-la ao mais alto nível, com quem decide efectivamente nesta matéria, ao nível da EDP, para de uma vez por todas, este assunto possa ser. Relembra que quem tem a responsabilidade de assegurar estes serviços não é a Câmara, mas sim a EDP. A Câmara é apenas cliente da EDP, podendo reivindicar junto deles um melhor serviço, mas não são o promotor desse serviço. A forma de o resolver de uma vez por todas é juntar os responsáveis e tal ainda não ocorreu por este facto. Para esclarecimento de todos, considera ainda menos admissível que qualquer funcionário seja directamente da empresa ou de outra empresa paga pela EDP, possa dar ao munícipe que se queixa ou ao Presidente da Junta que se queixa, a informação de que se o assunto não está resolvido, a culpa é da Câmara. Indica que assume responsabilidades daquilo que é responsável e não de assuntos dos quais não é responsável. Questiona todos os Srs. Deputados sobre quem é o responsável pela rede eléctrica nacional? Quem é o responsável por fazer chegar a electricidade à Câmara e a todas as casas do Concelho e do País? Quem é o responsável por garantir este serviço? Não é a Câmara Municipal de Alijó, mas sim a EDP, a qual tem que dar respostas. Particularmente os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia têm conhecimento que o problema não surgiu por causa da Câmara, surgiu antes porque a EDP, numa medida de racionalização económica dos seus custos e numa atitude empresarial, resolveu alterar a forma como antes tratavam deste assunto. Esta é a grande verdade, porque enquanto a EDP tratava deste assunto directamente com os Srs. Presidentes de Junta e com uma equipa que tinha no terreno,

sem envolver mais nenhum elo burocrático na resolução do assunto e portanto era directamente entre o interessado e quem tinha que resolver o assunto, sem passar por um ofício que a Junta de Freguesia escreve à Câmara e que esta por sua vez manda para a EDP e esta última faz um cálculo orçamental, que após este manda uma empresa executar. Antigamente tinham o piquete para actuar imediatamente. Segundo a EDP esta alteração metodológica, visa reduzir custos e melhorar a eficácia. Indica que não duvida que tenha reduzido custos, contudo não melhorou a eficácia. Esclarece que oportunamente a reunião irá realizar-se. Informa que subjacente a isto, está o protocolo que a Associação Nacional de Municípios fez com a EDP, que foi negociado, no tempo em que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal era Presidente da Câmara e que a Câmara Municipal de Alijó foi a última a assinar, exactamente porque já nessa altura não gostava do referido protocolo, mas não podia ficar isolada e não tinha outra alternativa. Portanto a origem do problema está na ausência de concorrência, porque se existisse uma efectiva concorrência na protecção deste serviço, a EDP não continuava a receber estas queixas, não continuava a saber disto como sabem, nem nada fazer. No que diz respeito às rotundas do Concelho, as que estão tratadas e as que ainda não estão, indica que não conseguem chegar a todo o lado ao mesmo tempo. É verdade que contrataram uma empresa para tratar das três rotundas em questão, aquando da construção da Variante, mas na altura, na falta de recursos financeiros, tendo em conta o montante que lhes apresentaram, como não tinham dinheiro para tratar das três ao mesmo tempo, optaram por tratar das mais visíveis, na medida em que a outra a que o Sr. Deputado se referiu, que dá origem à ETA, como está numa situação de menos visibilidade, acabaram por deixá-la para o fim, não para não ser tratada, mas por falta de disponibilidade financeira e cabimento orçamental. Obviamente que essa rotunda é para ser tratada, não é para ser esquecida. No que diz respeito à Ponte de Monim, relembra que já foi uma estratégia desta Autarquia, não apenas nessa perspectiva de lazer, mas até em primeira análise, numa perspectiva de ter ali um ponto de água de combate aos incêndios e numa perspectiva de Protecção Civil, a qual continua a ser a primeira ideia e prioritária. No entanto se conseguirem juntar o útil ao agradável, não vão desperdiçar esta oportunidade e que venha a servir os dois objectivos: a Protecção Civil e o combate a incêndios, com mais um ponto de água e o arranjo urbanístico necessário para poder explorar aquela zona, do ponto de vista do lazer. No que

diz respeito à ETAR de Vila Chã, dirige-se ao Sr. Deputado indicando que lhe veio dar razão ao que sempre foi dito, na ETAR de Vila Chã, o que lhe disseram nas Águas de Trás os Montes e Alto Douro, foi que estava previsto no seu Plano de Actividades e que iria para breve ser concluída. Esse cronograma, como sempre lhe foi dito, nunca coube à Câmara Municipal, a responsabilidade de o fazer e de o executar. Quem estabeleceu prioridades foi a empresa Águas Trás os Montes e Alto Douro e uma vez mais devem atribuir responsabilidades a quem de direito. Indica que é importante sublinhar em termos de futuro, duas coisas que foram ditas e confirmadas pelo Sr. Presidente da Junta quando falou com as próprias Águas de Trás os Montes e Alto Douro: a primeira foi que a ETAR vai ser feita; a segunda que sempre esteve prevista no calendário de actividade da mesma e não é responsabilidade da Câmara a sua execução. No que diz respeito à Barragem e ao aproveitamento da mesma para o regadio, indica ser verdade que inicialmente estava previsto ser utilizada não apenas para o consumo doméstico, mas também para o regadio. No entanto, os últimos acontecimentos e as alterações climáticas, fizeram com que fosse mais vocacionada para o uso doméstico. Esclarece que não compete só à Câmara esta utilização, pois tem três tutelas: a Câmara, o INAG e o Ministério da Agricultura. A preocupação fundamental da Câmara, é garantir o uso doméstico desse recurso, ao Ministério da Agricultura e ao INAG, cabe equacionar a outra componente. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Pedro Perry, no que concerne ao Posto de Turismo do Pinhão, indica que não pode estar mais de acordo. Os contentores foram lá colocados com um objectivo e ou eles fazem o que sempre prometeram ou mais vale que sejam retirados. Lembra que este assunto foi negociado com o presidente do IPTM de então, Eng.º Francisco Lopes, presentemente Presidente da Câmara Municipal de Lamego. Desde que este saiu, apenas houve uma substituição interna, não existindo ainda um Director, o que tem criado algumas dificuldades de diálogo com a Instituição. Indica que esta questão tem sido colocada várias vezes e do outro lado não há uma resposta cabal às preocupações colocadas. Concorda com o Sr. Presidente da Junta, pois têm que resolver definitivamente este assunto e ou eles ajudam a colocar aquilo em funcionamento ou entregam os contentores ou então levam-nos de vez, pois não fazem falta. Relembra ao Sr. Presidente da Junta do Pinhão que o Posto de Turismo do Pinhão, que inicialmente foi concebido para esse efeito, é o que está junto da Estação de Caminhos de Ferro e segundo

conversas que tem tido com a Região de Turismo, não há possibilidades de ter no Pinhão, dois Postos de Turismo, porque não há recursos humanos. A Junta de Freguesia, em parceria com a Câmara e com a Região de Turismo, vai ter que escolher uma das localizações e em termos de recursos humanos, apoiada pela Região de Turismo. Indica que do seu ponto de vista, será viável ter na Estação do Pinhão, uma indicação que leve o turista até ao Posto de Turismo, ao pé dos barcos ou vice – versa. O turismo chega ao Pinhão, basicamente de duas formas: de barco e caminhos-de-ferro, sendo necessária uma interligação entre estes dois pontos de chegada, porque o ideal seria que tivessem um só. Esta é uma situação que terão que articular com a Região de Turismo. No que diz respeito à Estação da REFER fechar ao fim de semana, indica que não possui a mínima informação sobre esta matéria. A única informação que possui relativamente à Estação do Pinhão, é que o Grupo Amorim, através da Dra. Luísa Amorim da Quinta Nova, tem um protocolo com a REFER, para utilizar a estação do Pinhão como um centro de acolhimento turístico. A questão levantada pela Sra. Deputada Filomena, em relação às casas, indica que se são propriedade da Câmara, a responsabilidade directa é da Câmara, se são de um particular, a responsabilidade é do mesmo. Indica que não tem conhecimento do caso apresentado pela Sra. Deputada, no entanto quando oferecem um problema e perigo ao nível da Protecção Civil, a Câmara pode e deve actuar, no sentido de garantir essa mesma segurança. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Alfredo, no que concerne ao Conselho Regional da Agricultura e as casas que existem no Pinhão e Favaios, indica que tiveram conhecimento através da Direcção da Casa do Douro de que esse património ia ser colocado à venda, existe um interessado no património do Pinhão, para aí eventualmente construir um hotel ou um outro investimento na área do imobiliário, que já se dirigiu à Câmara e foi encaminhado para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão, com o qual já se reuniu e com o GTL. No que diz respeito ao património de Favaios, não tem conhecimento que haja qualquer interessado no mesmo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “*Pedido de Taxas pela emissão de Certificado de Registo de Cidadãos da União Europeia*” e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que esta é uma das situações de transcrição para o nível interno, de normas e directivas comunitárias. A partir deste momento, são as Autarquias Municipais que vão ter que os passar. Isso levou a que alguns funcionários da Câmara recebessem uma acção de formação específica sobre esta matéria e o objectivo é que passem a ser os Municípios a garantir esta situação. Daí a proposta se limitar a transpor também para as nossas normas internas, o “modus operandi” e o enquadramento jurídico necessário à efectivação desta responsabilidade e desta competência. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, procedeu-se à votação, sendo aprovado por unanimidade com 29 votos a favor. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Introduce *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação do Regulamento da Revidouro 2007”*, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que tal como é do conhecimento dos Srs. Deputados, este ano realiza-se a Revidouro e têm que estabelecer o respectivo Regulamento. O mesmo foi presente na Câmara Municipal, a lei determina que venha também à Assembleia Municipal. O objectivo é apenas de permitir aprovar este Regulamento para poderem concretizar a Feira dentro daquilo que é o estrito cumprimento das norma e regulamentos aplicáveis neste tipo de actividades. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre o Período de Inscrições e não havendo inscrições, procedeu-se à votação do *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação do Regulamento da Revidouro 2007”*, sendo aprovado por unanimidade com 31 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação do Regulamento para a Pesca Desportiva da Albufeira de Vila Chã*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que esta é de uma componente idêntica à do Ponto anterior, pois têm que possuir este Regulamento para possibilitar o exercício desta actividade desportiva na Barragem de Vila Chã e está presente na Assembleia Municipal para poder prosseguir com a capacidade de realizar eventos desta natureza. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, procedeu-se à votação do *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação do Regulamento para a Pesca Desportiva da Albufeira de Vila Chã.*, sendo aprovado por unanimidade com 31 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos” Pedido de Declaração de Reconhecimento de Utilidade Pública do Aeródromo da Chã – Alijó”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que tal como é do conhecimento público, não só a Câmara Municipal de Alijó, como a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, tal como sempre disse desde a primeira hora, apoiam a realização deste investimento por considerarem este espaço o sítio adequado para a realização de um acesso aéreo à nossa Região. Para que isso seja concretizável, há um conjunto de passos jurídicos que têm que ser dados e uma das situações tem a ver com esta Declaração de Utilidade Pública, porque parte dos terrenos do aeródromo que estão em reserva ecológica e em reserva agrícola, tendo que ser desafectados da ambas as reservas, para que o projecto possa ter continuidade e possa ser executado. Daí ele ser presente nesta Sessão da Assembleia Municipal, pois só após este passo, é que podem dar os subsequentes. Tal como os Srs. Deputados podem verificar na documentação que foi entregue, está uma fotocópia da deliberação da Associação de Municípios vale Douro Norte, onde todas as sete Câmaras do Vale do Douro Norte, aprovam e apoiam o Plano Director Municipal do Aeródromo, que tal como todos desejam que seja realizado no mais curto espaço de tempo possível e será uma infra estrutura fundamental, não apenas para o Concelho mas também para a Região e País. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Indica que é com imenso prazer que vê esta proposta porque a recuperação do Aeródromo da Chã, é uma aspiração muito antiga e que corresponde à vontade do Concelho de Alijó ver recuperado aquele espaço. Este foi dos primeiros a ser implantados na época áurea do início da navegação aérea em Portugal. Congratula-se com esta proposta e refere que o Partido Social Democrata estará sempre ao lado de todas as tentativas e

todas as atitudes que forem tomadas, no sentido de recuperar e viabilizar aquele espaço. Termina afirmando que irão votar a favor desta proposta. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Refere que sente alguma tristeza de que na Assembleia Municipal, por uma infra estrutura desta dimensão, desta grandeza, que qualquer Município se sentiria orgulhoso de a ter parece-lhe que a maior parte dos Srs. Deputados se sentem “meios envergonhados” de falar duma obra com esta grandeza que tem esta dimensão, não concelhia, mas Regional. Lembra que falaram várias vezes que o objectivo primeiro daquela infra estrutura é, não só o Aeródromo, mas até um Aeroporto e com estas palavras “pode até elogiar e aplaudir a força tenaz “ com que o Sr. Presidente da Câmara sempre abordou esta infra estrutura, que não podia ser de outra forma. Parece-lhe que se aquela infra estrutura fosse ou estivesse colocada noutra área geográfica do Concelho, “se calhar as pessoas não estariam acomodadas e estariam mais eufóricas para aplaudir uma obra que é essencial para o Concelho e para a Região”. Enaltece uma vez mais todo o Executivo Camarário, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, por se terem empenhado e desde a primeira hora terem levado este projecto para a frente, que esteve esquecido por muita gente, até aos dias de hoje. Assume-se como efusivo e aplaude quando há medidas que realmente conseguem projectar o Concelho de Alijó na senda Regional e Nacional. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara, solicitando que continue a dar passos fortes, tenazes e decisivos. Pois aquela obra será brevemente o orgulho do Concelho e da Região. Indica que quem leu o Ponto Cinco, sabe que o Sr. Presidente teve a coragem de levar isto à Associação de Municípios e toda a gente aplaudiu. Toda a gente concordou que dali se faça uma obra grandiosa. Lembra que foi a Lisboa acompanhado do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vice – Presidente e iria as vezes necessárias para que a obra seja aquilo que se pretende e desenvolva o Concelho, sendo a grande porta do Concelho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Declaração de Reconhecimento de Utilidade Pública do Aeródromo da Chã – Alijó*” sendo aprovado por unanimidade com 30 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Aprovação dos Estatutos e Estudo de Viabilidade da DouroNorte – Ambiente com vista à criação*

da Empresa Intermunicipal de Resíduos do Vale do Douro”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** A criação desta empresa, tem como principal objectivo dotar os sete Municípios do Agrupamento do vale do Douro Norte, de uma infra estrutura barata, porque não recorre a custos, em termos de recursos humanos com o exterior. Vão fazer o trabalho com os que já lá têm, a própria Associação de Municípios e será o Sr. Eng. Noronha que será o Administrador delegado da Associação, o Administrador delegado também da própria empresa e tem como principal objectivo e finalidade diminuir os custos por tonelada que cada um já hoje paga pelos resíduos, porque manter um ambiente limpo e um óptimo ambiente, é cada vez mais caro e as normas e directivas comunitárias obrigam a que se aplique o principio do utilizador pagador e portanto a única forma do Municipio de Alijó e os outros sete Municípios do Vale do Douro Norte diminuir o preço da tarifa por tonelada, é constituírem uma empresa em que as Câmaras tenham a maioria do capital social. Neste caso concreto, têm a totalidade do capital social e indica a todos os Srs. Deputados que não está fora de hipótese a possível abertura desta empresa Municipal, exclusivamente pública neste momento e com capital exclusivo das Câmaras Municipais, a uma empresa privada na área. A única coisa que está fora de hipótese é que deixem de ter o contrato, porque é a única forma de fazerem algum serviço social, diminuindo os custos da interioridade e aumentando a coesão territorial. Solicita ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que, o presente Ponto da Ordem de Trabalhos, seja aprovado em dois tempos. Porque foi uma orientação que lhes foi dada ainda em cima desta reunião pela própria Associação de Municípios. O pedido é de aprovação dos estatutos e estudo de viabilidade, pretende que o ponto seja aprovado desta forma: aprovar a constituição da empresa, por um lado e aprovar os estatutos por outro. Indica que pode surgir um problema com a designação do nome, o que pode vir a provocar alguma alteração e para poderem avançar mais rapidamente, o Sr. Eng.º Noronha, delegado da Associação de Municípios Vale Douro Norte, pediu para aprovar, subdividindo este ponto em dois: a aprovação da criação da empresa e a aprovação dos estatutos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Indica que a sua intervenção é apenas para tirar uma dúvida relativamente à votação, se tem que ser separadamente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimento: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que têm que ser votados separadamente por causa da questão do nome e da designação. Indica ainda que não está em causa a decisão política mas jurídica e foram aconselhados a fazer esta votação em dois momentos: primeiro, aprovação da ideia em si, da constituição da empresa e depois dos estatutos. Desta forma, se houver necessidade de alterar os estatutos, vai já a aprovação da empresa e seguidamente tratar-se-á da questão dos estatutos. Esta é apenas uma questão metodológica. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Face ao solicitado pelo Sr. Presidente e não contradizendo em nada o Ponto Seis, podem proceder a duas votações. A segunda parte do Ponto Seis, a Criação da Empresa Intermunicipal, a primeira parte do Ponto Seis, a Aprovação dos Estatutos. Desta forma desenvolve-se a votação desta forma, sendo aprovada a Criação da Empresa por unanimidade com 33 votos a favor; procedeu-se à votação dos Estatutos e Estudo de viabilidade da “Douro Norte Ambiente”, sendo aprovada por unanimidade com 34 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Sete da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação dos Estatutos da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que o próximo Quadro Comunitário de Apoio, vai privilegiar os investimentos de carácter supra Municipal ou seja, as Autarquias isoladamente, não podem candidatar-se aos próximos Fundos Comunitários. Nesta medida, todas as Autarquias estão a procurar serem sócias do maior número possível de Associações para fins específicos. Esta é uma Associação para fins específicos que tem como fio condutor o Rio Douro e por isso mesmo é designada “Douro Duero”, é o Douro do nosso lado e o “Duero” do lado Espanhol. O objectivo é nesta cooperação transfronteiriça, poderem candidatar-se ao actual interreg e a outro tipo de projectos comunitários que têm vindo a desenvolver ao longo do tempo, como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados e que se concretizou numa Revidouro com o Município de Carbalhiño

em Espanha, geminação que já deu frutos, candidatando-se a um inter câmbio entre jovens dos dois Municípios, ao abrigo desta cooperação transfronteiriça. Indica ainda que, se até esta data a cooperação transfronteiriça visara sobretudo a parte imaterial, o intercâmbio entre jovens e idosos, agora nesta perspectiva do novo Quadro Comunitário de Apoio, a cooperação pode ir muito mais além. Desta forma o Município de Alijó não poderia ficar fora de uma mesa negocial, onde podem ir buscar os recursos financeiros que são tão necessários ao desenvolvimento do Concelho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que vai votar favoravelmente este tema e pede desculpa por voltar ao tema, mas deviam valerem-se destas Associações Ribeirinhas, IPTM e irem tentando incutir na mentalidade das pessoas “decisoras sobre o assunto” que haver uma forma de conseguirem a tal taxa que vá beneficiar as populações ribeirinhas, neste caso os Concelhos. Esclarece que entendeu perfeitamente o que o Sr. Presidente disse, mas referindo-se concretamente ao IPTM, “ imaginemos que através de influências”, se todos pedirem a mesma coisa, serão mais sensíveis, porque o IPTM, uma vez que os barcos pagam uma taxa a eles, porque não parte dessa taxa ser para os Municípios ribeirinhos? Acha que seria uma boa forma de todos reivindicarem isso até conseguirem, porque “desistir é dos fracos, nós temos que ser persistentes.” Está convencido que se o forem, alguma coisa conseguirão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Sete da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação dos Estatutos da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro”*, sendo aprovado por unanimidade com 33 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Oito da Ordem de Trabalhos Pedido de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público da Associação de S. Tiago de Vila Chã*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que este Ponto da Ordem de Trabalhos é de enorme importância e chama a atenção para o facto de poder acontecer com outras Associações, com outras IPSS, do Concelho de Alijó. Esclarece que ao nível das directivas comunitárias e inclusive do Quadro Comunitário de Apoio, também as regras de candidatura aos diferentes programas vão ser

cada vez mais exigentes, sendo uma delas que cada Associação que se candidate, do ponto de vista jurídico, esteja impecável, ou seja, o terreno onde está seja dela, que o edifício onde está localizado esteja efectivamente licenciado na Câmara para aquele tipo de actividade, que a cantina, o espaço dedicado aos idosos, entre outros, esteja em conformidade com a Lei. É uma coisa muito simples, que se traduz nesta ideia, num estado de direito, as coisas têm que estar em conformidade com o respectivo ordenamento jurídico. A situação da Declaração de interesse público da Associação de S. Tiago de Vila Chã, vem resolver este problema desta Associação, que se não viesse à Assembleia Municipal e não fosse resolvido, colocaria a Associação numa situação muito difícil, porque não só não se poderia candidatar a Fundos Comunitários, como poderia vir a deixar de poder receber da parte da Segurança Social os apoios nesta área, para manter as valências que esta Associação tem, mantém e desenvolve. É absolutamente determinante que este tipo de matérias possam vir a ser aprovadas por todos e o lembrar aqui que outras que estejam nestas circunstâncias terão necessariamente que fazer este mesmo caminho. Afirma ainda que houve um enorme esforço por parte do Sr. Presidente da Associação, da parte dos serviços da Câmara e do próprio Executivo, para aprovar excepcionalmente, na última Reunião de Câmara, de forma a ser presente nesta Sessão da Assembleia Municipal, para poder prosseguir este seu caminho, no sentido da sua total regularização em termos do ordenamento jurídico. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Na qualidade de Presidente da referida Associação, agradece a todos os Srs. Vereadores que votaram este projecto, particularmente ao Sr. Presidente da Câmara e muito particularmente ao Gabinete de Obras e Planeamento Urbanístico, quer na pessoa do chefe, muitas vezes aquele gabinete é criticado pelas razões que todos sabemos”, seria injusto da sua parte se não enaltescesse o esforço, a persistência, a forma como sempre o ajudaram a resolver o problema. Indica que tem um lema na vida: “ninguém consegue nada sozinho”, com a ajuda de todos, tudo é possível realizar e neste particular, indica que desde a primeira hora, mesmo quando pediu autorização prévia para a candidatura, toda a gente se disponibilizou “ de mangas arregaçadas” porque os prazos eram extremamente curtos, tendo apenas

dez dias para arranjar a papelada. Informa que tiveram ainda uma situação acrescida, pois tiveram que comprar o terreno, tratar de toda a burocracia, o que sem a ajuda “desta gente” não seria possível, a Freguesia de Vila Chã desta forma vir a ter o seu lar, de minimizar as dificuldades dos idosos daquela Freguesia, de arranjam conforto e dignidade para aquela gente. Indica que todas as pessoas que tenham vocação para também arranjam instituições deste género, porque não se considera egoísta, todos devem ter e devem ser ajudados, pois esta é uma forma de ajudar os que mais precisam e combater o isolamento dos próprios, assim como combater o desemprego, pois trata-se de nove ou dez postos de trabalho. Assim, ajudam os idosos, combatem a desertificação, criam emprego, que é o que pretendem particularmente naquela zona tão despovoada, como estão as Freguesias a Norte e particularmente a Freguesia de Vila Chã. Agradece ainda às pessoas de Vila Chã que vieram assistir pois tem a certeza que não vieram para o ouvir, mas sim para se manifestarem de viva voz e com sua presença, o agradecimento total a esta Assembleia, ao executivo e a todos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Oito da Ordem de Trabalhos “Pedido de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público da Associação de S. Tiago de Vila Chã”*, sendo aprovado por unanimidade com 33 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Nove da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2006”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este documento faz três notas prévias: a primeira nota é para referir que a organização deste documento, obedece à nova Lei das Finanças Locais e a uma directiva interna que a próprio Tribunal de Contas emanou para todas as Câmaras no que diz respeito à forma como o documento deve ser organizado, ou seja, questiona se não estranham que o Relatório de Gestão esteja quase na parte final do documento, quando antigamente aparecia no início. Isto acontece por entendimento do Tribunal de Contas que, sendo este relatório, um relatório de contas, primeiro têm que se apresentar as contas e só depois é que se pode fazer a análise dessas mesmas contas; a segunda questão que pretende colocar é sobre outros mapas que aparecem que antes não apareciam e genericamente obedecem a estas alterações da Lei e que

exigem, do seu ponto de vista, um cada vez maior rigor e maior eficácia na elaboração destes documentos; a terceira nota não teve apenas a ver com a capacidade da Câmara de rapidamente introduzir nos nossos procedimentos internos, directivas que a própria Lei impõe, mas antes teve a ver com um trabalho árduo, que tem sido levado a cabo desde o primeiro dia do Mandato anterior até actualmente e ainda não está terminado e que tem a ver com a inventariação do património da Câmara Municipal de Alijó. Isto do ponto de vista contabilístico é muito importante porque faz reflectir com outra veracidade esse mesmo património e a capacidade de investimento da própria Câmara Municipal, decorre dessa avaliação. Indica que vai focar um dado muito referido em anos anteriores, uma crítica justa, porque esse assunto ainda não estava resolvido e tem a ver com o balanço. Este que é o primeiro ponto deste relatório e que não era possível executar porque não tinham ainda feito o levantamento do património. Elogia o trabalho de todos os funcionários que se dedicaram exclusivamente, quase a tempo inteiro a esta tarefa, porque relembra que chegaram a entregar esta tarefa a uma empresa privada que não a conseguiu resolver. Nesta altura que tanto se questiona o desempenho da Administração Pública e o desempenho do Funcionário Público, enaltece o enorme desempenho dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal de Alijó, que conseguiram resolver este problema, que uma empresa particular e privada, em tempo útil não resolveu. Indica ainda que não está tudo resolvido, não está todo o Património levantado. Relembra que na página 3 deste documento, onde diz “Balanço”, tem aí Fundos Próprios e Passivo, Património, têm o “n – 1” que se refere em que ainda não existia este balanço com menos € 7.351.843,28 e só pela aplicação contabilística dos resultados deste trabalho já têm no “n”, que é o referente a este ano, em análise, menos €4.206.826,00, ou seja só de um ano para o outro, há uma diferença de três milhões. Isto é muito importante do ponto de vista contabilístico porque permite à Câmara dar um outro salto, em termos de capacidade de realização. Isto não traz directamente mais dinheiro à Câmara, mas traz mais capacidade porque têm mais património. Implica ainda maior facilidade de negociação, inclusive com a banca, no que diz respeito a investimentos próprios que a Autarquia queira realizar. Indica que estas eram duas notas fundamentais que queria expressas, bem como uma terceira, que tem a ver com a taxa de execução, não das despesas totais, não das despesas correntes, mas das despesas de capital para as Juntas de Freguesia. Tal como puderam ver no último

documento, no ano em curso há uma taxa de execução de 100% nas transferências correntes para as Juntas de Freguesia e uma taxa de execução muito diferente e díspar no que diz respeito às despesas de pessoal. Isto deve-se como é conhecido por todos, e sobretudo pelos Srs. Presidentes de Junta, ao facto de na taxa de investimento de capital durante estes dois primeiros anos, estarem a privilegiar o pagamento de dívidas assumidas pelos Srs. Presidentes de Junta no passado, e por isso há uma taxa de execução diferente, porque tem a ver não apenas com o pagamento dessas dívidas como também com a altura em que foram realizadas. A estratégia está em ir pagando essas dívidas em função da antiguidade, porque é também em função da antiguidade que a Câmara e Juntas de Freguesia podem ser “apertadas” para o cumprimento destas dívidas. Realça a total solidariedade entre a Câmara e todas as Juntas de Freguesia, relativamente à resolução deste problema e agradece antecipadamente a compreensão que todos têm tido pelas dificuldades, porque todos querem fazer sempre mais e melhor e por vezes entusiasmam-se no querer fazer mais e melhor, ultrapassando por vezes as condições de tesouraria para num curto prazo realizar estes investimentos. Todos aqueles que trabalham para as Autarquias sabem que assim é e estão preparados para lidar com este problema. Lembra que desde a primeira hora disse e vai dizer até ao último dia das suas responsabilidades neste Executivo, enquanto estiver na Câmara e cada um nas respectivas Juntas de Freguesia, em tido uma enorme solidariedade de todos nesta matéria e acha que não têm condições de mandar realizar obra nova enquanto não liquidarem as dívidas que têm do passado. Relembra ainda que foi por todos pensarem assim que cada Sr. Presidente de Junta e ele próprio aceitaram nas reuniões preparatórias do Orçamento para este ano, que houve uma diminuição no plafon previsto de transferência para as Juntas de Freguesia com a contrapartida de que aquilo que estivesse previsto, pudesse ser total e efectivamente transferido. Refere que é isso que está a ser feito e vai continuar a ser feito e as dívidas de todas as Juntas de Freguesia vão ser tratadas por este Executivo como se uma dívida de empreiteiros ou de qualquer outro fornecedor se tratasse, ou seja, vão pegar nessas dívidas e vão escaloná-las em termos de pagamento, ao longo do Mandato, para transformarem dívida de curto prazo em dívida de médio prazo e darem mais capacidade financeira para a pagar efectivamente, porque como recebem mensalmente, só podem pagar mensalmente. Essa é a única forma de assumirem os compromissos e de os poderem realizar de vez e com a outra

transferência, com o outro pilar do financiamento das Juntas de Freguesia, permitir essa capacidade financeira para aquelas que são as responsabilidades directas de cada Junta de Freguesia, na gestão do respectivo território. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Indica que não é técnico de contas, folheou o documento, mas a sua intervenção não tem por base a análise objectiva dos números que o documento contém e prende-se antes com as declarações de voto que vêm no final do documento. Por um lado têm os Vereadores do Partido Social Democrata que fazem uma análise a estas contas que vai num determinado sentido, por outro lado têm a declaração de voto da maioria que relativamente aos mesmos números, fazem uma declaração que vai no sentido oposto. Indica que tal permite dizer que embora a matemática seja uma ciência exacta, permite interpretações que o não são e podem vir a ser tremendamente especulativas “ como por exemplo nunca ter comido frango e fazer parte dos Portugueses que comem doze ao longo do ano”. Compreende a interpretação e a análise feita pelos Vereadores do Partido Social Democrata e também compreende a argumentação da maioria de que, um Plano Plurianual não pode ser analisado num único ano, ainda por cima no primeiro ano de vigência desse Plano e não deixa de ser verdade que os resultados desse primeiro ano são no mínimo, um indicador do caminho que o Plano Plurianual e que a execução desse Plano está a seguir. Por outro lado não podem esquecer também que as opções do Plano, as prioridades não estabelecidas e as decisões tomadas, são decisões políticas e é por isso também que o relatório para além de ter a sua vertente contabilística, não deixa de ser também um documento politico que no fundo reflecte as opções tomadas. Indica que é nesse sentido que o entendem e irão votar seguidamente, não os resultados económicos, contabilísticos, financeiros, etc, mas as opções políticas que estão subjacentes ás tomadas de decisão e ás prioridades estabelecidas. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que não se vai debruçar muito sobre os números e enquanto Presidente de Junta pode constatar se recebeu aquilo que merecia ou aquilo a que tinha direito. O Sr. Presidente já falou das dificuldades que há, no entanto pretende realçar alguns pontos. Refere o retrato frio dos números, pois é o que está expresso e estão a avaliar. Indica

ainda que tinha razões porque discordou da forma das transferências, discordou quase todo o ano, da forma como as transferências foram feitas para as Freguesias. Neste ponto tem que enaltecer a coragem e a razão, “se calhar até sobre algumas pressões” que o Sr. Presidente teve de alterar todo esse sistema que se chegou à conclusão que não era a melhor solução de transferências para as Freguesias. Acabou por se provar ao longo do ano, está reflectido e agora tem que o congratular porque este ano de 2007, a transferência já vai ser feita por duodécimos e neste momento cada um já sabe aquilo que vai receber. Considera tal, um passo gigante também na clarificação das transferências para as Juntas de Freguesia. Indica ainda que todos sabem que criticou ou discordou, na Assembleia Municipal, da forma como foi apresentado o Plano, visto este ser a primeira ferramenta que dá origem ao manuseamento destes números e foi apresentado tendo as folhas apenas com um agrafe. Depois o Sr. Presidente justificou que “estávamos em economia”. Concorda plenamente, mas tem que expressar a sua opinião. Informa que se sente extremamente contente, feliz, até porque quem comparar uma e outra ferramenta de trabalho, repara que há “progressos de gigante”, pois podem verificar uma lombada grande, fotografias, separadores e com tudo isto dá os parabéns aos funcionários públicos como “ele gosta muito de dizer, agora até se diz muito na televisão, não são todos iguais”. Os funcionários públicos tiveram um trabalho meritório, com uma apresentação espectacular. Finaliza dizendo que houve evolução e conforme discordou da última vez como foi apresentado, agora elogia especialmente a fotografia do Município expressa na capa. -

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Indica que a Conta de Gerência está muito bem elaborada fisicamente, tecnicamente, naturalmente que tem que estar bem feita, feita por um técnico à altura. Refere a taxa de execução das transferências de capital e indica que o Sr. Presidente falou “agora e muito bem” que foi necessário pagar dívidas das Freguesias e por isso a taxa de execução baixou. Indica que o que se passa em relação à sua Freguesia é que o Sr. Presidente não pagou dívida nenhuma em relação ao ano passado e a taxa de execução das transferências de capital para a sua Freguesia foi das mais baixas e solicita que o Sr. Presidente lhe dê uma explicação para tal. Dirige-se ainda ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que este sabe que “mesmo não lhe batendo tantas vezes à porta” tem a mesma vontade de o fazer, simplesmente tem um bocadinho menos tempo para a política, no entanto quando se candidatou, o Sr. Presidente aceitou essa posição.

Questiona se será por essa razão que recebeu só cerca de 20% da taxa de execução, ou seria devido ao protocolo que assinaram e que não teve fundamento. Afirma que o Sr. Presidente lhes propôs que fizessem um concurso, que fosse executada a obra no terreno, que lhe fosse apresentada factura e recibo para que lhes pagasse. Indica que tal é impossível, principalmente para uma Junta de Freguesia como a sua, que não tem nenhum gabinete técnico, inclusivamente para executar ou elaborar um simples documento. Esclarece que as obras que tinha no referido protocolo, teve que pedir ajuda para executar os concursos, aos funcionários da Câmara. Indica ainda que demorou imenso tempo a fazer o concurso e depois ainda demora mais tempo, ou porque os empreiteiros estão meios falidos, ou porque não têm vontade, ou porque não são competentes a executar a obra no terreno. Uma das obras que estava incluída no referido protocolo, eram os passeios, a segunda fase de passeio no Populo. Informa que só agora, e com muita pressão, é que a obra está a ser feita, o que significa que demorou mais de um ano a fazer o concurso e só agora é que a estão a executar. Pelo facto da mesma não ter sido executada durante aquele ano, não recebeu nada. Congratula-se com a metodologia adoptada este ano nas transferências porque “não é preciso andar a bater tantas vezes à porta do Sr. Presidente” e também não é preciso concluir as obras para receberem uns cêntimos. Finaliza afirmando que é bom que assim seja, no entanto está triste com a transferência de capital que lhe fez no ano passado para a sua Freguesia, pois entende que merecia mais. -----

-----**DEPUTADO VITOR SILVA:** Indica que vai efectivamente debruçar-se sobre os números desta Prestação de Contas, porque de facto as contas são números. Relativamente às despesas correntes tiveram uma taxa de 91,38 %, que é bom. Receitas correntes 98,60%, que é muito bom. Relativamente às receitas de capital, se prescindirem da rubrica 09 – vendas do orçamento, têm uma receita de capital na ordem dos 65%, que também considera positivo. No Orçamento põe-se um total de uma obra, mas a verba na despesa tem um carácter plurianual, o que não acontece na receita. A cobrança dessa receita é feita mediante a obra executada nesse ano, o que por vezes o valor pode ser mais baixo, como é o caso. Relativamente às despesas de capital têm 64 % da verba cabimentada, o que também é um valor positivo. Indica ainda que é verdade que se forem analisar as execuções financeiras de 2002 até 2006, vêem que esta execução tem baixado, no entanto também o volume de obras e candidaturas tem subido, o que lhe parece positivo para a população.

Indica que pela primeira vez se vê escrito num Plano de Contas, as amortizações e as respectivas previsões. Embora continuem sem reflectir as existências, é já um passo positivo, têm também com as amortizações, um resultado líquido do exercício positivo, o que quer dizer que os proveitos são superiores aos custos e este resultado líquido é de cerca de 400 mil euros, o que mesmo com um valor vindo da já aplicação das amortizações, é positivo. A conta 51 que está a negativo, ainda este ano no balanço com a sugestão da aplicação que nos é dada nas contas da conta 59 para o ano, começou este ano a 01 de Janeiro com um saldo positivo de três milhões de euros, o que é também de realçar porque já há muito tempo que se vêm balanços com valores negativos, o que não é compreensível num balanço e agora têm já essa situação resolvida. Relativamente à obra, se analisarem a situação dos contratos que foram pagos, têm cinco páginas com nomes de fornecedores, o que indica também um grande volume de obra no concelho, e não estão todas. Diminuiu também a dívida em relação aos empréstimos e as outras dívidas a terceiros, diminuem também de 571 mil para 413 mil. A Bancada do Partido Socialista, por todas as razões que evocou das contas, só poderá votar favoravelmente e dar os parabéns ao Executivo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começa pela intervenção do Sr. Deputado Vítor Silva, ao qual agradece pois poupou-lhe um enorme trabalho de explicar uma série de coisas que não foram verbalizadas nas intervenções anteriores, mas que estavam implícitas nalgumas dessas mesmas intervenções. Indica ainda que pretende fazer uma análise de carácter político, desafio lançado pela bancada da oposição, particularmente pelo Sr. Deputado Joaquim Grácio, ao qual se dirige dizendo que este documento reflecte opções políticas claras que estão explícitas quer neste documento, quer no documento anterior, do Plano de Actividades, que esteve na origem desta execução. Relativamente a esta matéria, relembra as três opções políticas fundamentais que estão na base da acção governativa diária e que se reflecte neste documento anual: primeiro – não podem, sobretudo nos tempos de cada vez mais rigor que se aproximam, avançar para novos investimentos sem ter as contas públicas municipais em dia. Exactamente como o Governo tem que combater o défice para depois poder fazer investimento, também fizemos esta opção conscientemente a qual conhecem

desde a primeira hora, optando por pagar dívida assumida antes de fazer novos investimentos, para que o equilíbrio financeiro e o resultado líquido de que falou o Sr. Deputado, possa apresentar-se. A vantagem política desta opção, traduz-se no seguinte: há um tecto de endividamento que é imposto às Autarquias e quem o ultrapassar automaticamente o estado vai retirar-lhes parte da receita respeitante a essa ultrapassagem, para além de ficar impossibilitado de recorrer ao crédito bancário, quer para pagar dívidas, quer para fazer novos investimentos, ou seja, se não tratarem desta matéria, bloqueiam não apenas o passado, mas também o presente e o futuro. É uma opção política assumida consciente e só é possível ser executada com a compreensão de todos os Srs. Deputados. Indica que se a Sra. Deputada Filomena fica triste, também fica triste, porque gostaria de fazer cada vez mais e melhor, mas têm que fazer de acordo com as possibilidades que têm. Esta é uma novidade absoluta relativamente ao novo paradigma de gestão Autárquica, que está a ser implementada neste momento. Indica que não vai discutir se a filosofia subjacente a esse paradigma está correcta ou não, pois o que é certo é que têm uma nova Lei das Finanças Locais que têm que cumprir e adaptar-se a essas imposições legais, caso contrário, “perdem pau e bola”; segunda questão estratégica: foi opção deste Executivo, no passado, é no presente e será no futuro, enquanto assumirem estas funções, o darem prioridade nestes documentos à cabimentação de verbas para realizar os grandes investimentos financeiros por fundos comunitários, porque sem esses apoios de fundos comunitários não seria possível, nem no Município de Alijó, nem em nenhum Município do interior, fazer a verdadeira revolução ao nível das infra estruturas básicas e ao nível dos equipamentos colectivos que tem sido feita ao longo dos últimos anos no Município de Alijó em particular e no interior, de uma maneira geral. Relembra o investimento que a Câmara Municipal está a fazer nas mini Etar por todo o Concelho, que ultrapassa os 700 mil contos. Está lá para dar qualidade de vida a todos os munícipes independentemente da localidade onde nasceram ou onde habitam. Sublinha ainda uma opção da Câmara relativamente a esta matéria pois não havia disponibilidade financeira no Quadro Comunitário anterior, para realizar o respectivo investimento. Então, a Câmara aceitou receber uma comparticipação menor para fazer a totalidade deste investimento e ir a todos os lados, do que ter uma comparticipação maior mas não realizar investimentos em todas as Freguesias. A Câmara ao contrário de outras, privilegiou a coesão

territorial e o acesso a todos, a este bem fundamental que é o bem do ambiente em detrimento de fazer chegar este bem só a alguns, o que é uma opção política, de carácter ideológico, conscientemente assumida. Indica que podia falar do Aeródromo, da Pousada da Juventude, do Centro de Saúde, da Aldeia Vinhateira de Favaios, de um conjunto de obras que todos conhecem e estão a ser executadas no Concelho, de carácter plurianual, em que foram buscar financiamentos onde eles já não existiam, como por exemplo na Variante de Favaios, tal como é do conhecimento do Sr. Presidente da Junta de Favaios. Esclarece que esta Variante não estava prevista no projecto Aldeia Vinhateira de Favaios e foi graças ao esforço do Executivo, à persistência, à determinação, mas sobretudo à razão e ao trabalho conjunto que foi possível construir a Variante de Favaios. Lembra que foram ao overbooking, a outras candidaturas de outras Câmaras, que as tinham perdido, ir lá buscar dinheiro que se não fossem lá buscá-lo nem ia para essas Câmaras nem ficava em Portugal, regressando à Comunidade Europeia, porque não era utilizado. A Câmara Municipal de Alijó, tem uma taxa de execução de Fundos Comunitários superior a 100%, porque tem feito este trabalho e quando chega a hora da verdade, têm os projectos para apresentar. No entanto para os terem para apresentar, têm que estar cabimentados no Plano. Esta é uma opção política desta Câmara e deste Executivo consciente e assumida e continuarão a proceder desta forma porque o que está em causa é o desenvolvimento do Concelho e das populações; terceira questão, relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, reconhece que a estratégia adoptada no primeiro ano deste Mandato, relativamente a esta matéria foi bem intencionada, mas os resultados não foram os que esperavam. Indica que grave não é cometer um erro, grave é não reconhecer e não emendar e acha que até devia ser elogiada a humildade pessoal, institucional e democrática de uma pessoa que em vez de levar uma teimosia até ao limite, reconhece quando erra e reconhece que é altura de arrear caminho em prol do desenvolvimento de todos, nem que isso implique o reconhecimento desse erro. Afirmo que não tem qualquer problema em reconhecer quando erra. Repete o que já afirmou noutra Assembleia Municipal, a intenção era boa, o resultado foi fraco e foi alterado. Se amanhã verificarem que há uma melhor forma de resolver este problema, estará disponível para tornar a reconhecer perante a Assembleia Municipal que aquela forma também não era perfeita, emendando-a e aperfeiçoando-a, pois tal faz parte da natureza humana. Repete que para que

qualquer estratégia tenha sucesso, têm que ter apoio de todos e para que a estratégia relativamente às Juntas de Freguesia tenha sucesso, é preciso que todos estejam convencidos. Espera que daqui a um ano todos continuem convencidos, pois é óptimo, esse é o rumo, é o caminho. Caso contrário, será o primeiro, com total abertura, a estar disposto a mudar para melhor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra ao seguinte Sr. Deputado após ter solicitado o uso da palavra: -----

-----**DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES:** No relatório de gestão, na página 2, onde diz “importa referir que para essas obras o Município tinha orçamento no Plano Plurianual de Investimento para 2006, o montante de 5.202.576,83 €”, por extenso está 4.939.576,83 € Foram cabimentados durante o ano cerca de 78 %, dado que se engloba uma percentagem, pode haver problemas em termos contabilísticos, no Tribunal de Contas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Informa que está tomada a referida nota e o Sr. Presidente diligenciará a respectiva correcção. Coloca a votação o *Ponto Nove da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2006”*, sendo aprovado por maioria com 27 votos a favor, 05 contra e 01 abstenção. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** Introduce o *Ponto Dez da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Esclarece que este Ponto da Ordem de Trabalhos, tem a ver com a própria dinâmica espaço – temporal em que se apresentam os documentos. Quando apresentam o Plano de Actividades e Orçamento, é uma previsão, não sabendo rigorosamente com certeza matemática o que vai acontecer a seguir e como previsão que é, prevê um conjunto de investimentos que às vezes são concretizados, outras vezes não são e sobretudo não pode prever situações que entretanto podem ocorrer e que não estão contempladas no documento. Tal obriga a modificações, a revisões e a alterações, mas isso é a dinâmica própria de um documento desta natureza. Esclarece ainda que o que hoje está a votação é a 5.ª modificação, significando que desde o início do ano até à presente data já tiveram necessidade de fazer 5 operações de aperfeiçoamento contínuo deste documento, na sua execução anual. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, procedeu-se à votação do *Ponto Dez Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007*, sendo aprovado com 29 votos a favor, 05 contra e 01 abstenção. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Onze da Ordem de Trabalhos “Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto para assistir ao XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses”*. Indica que vão ser distribuídos uns pequenos boletins dado tratar-se de uma votação nominal, eleição de um Presidente ou seu substituto para assistir ao XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que tal como é do conhecimento dos Srs. Deputados, o próximo Congresso da Associação Nacional de Municípios vai ocorrer em Junho e para além do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, é necessário um representante das Autarquias, Junta de Freguesia. Nesta votação vão eleger um representante das Freguesias para o referido Congresso. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Em nome da Bancada do Partido Socialista, apresentam o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alijó, Sr. Alípio Alves, como representante dos Presidentes de Junta, no Congresso e como seu substituto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, Sr. António Fernandes. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Na votação, como medida de sugestão pensa ser útil votar “sim”, “não” ou “branco”. Procedeu-se à respectiva votação, sendo aprovada a sugestão com 27 votos “sim” e 8 votos “em branco”. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----